

evidencia a respetiva nota curricular em anexo, como Diretora de Serviços da Direção de Serviços de Pessoal, do Departamento de Recursos Humanos dos Serviços Centrais do IEFP, I. P., cargo de direção intermédia de 1.º grau, com efeitos a 16 de julho de 2018.

Nota Curricular

Marina Alexandra de Almeida Rana, nascida a 25 de novembro de 1973, em Lisboa. Licenciada em Direito, Pós-Graduada em Ciências Jurídico-Administrativas, Pós-Graduada em Gestão e Administração Pública.

Advogada

Detentora do FORGEP.

2017 — Consolidação da mobilidade na carreira, na Assessoria da Qualidade, Jurídica e de Auditoria do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

2017 — Advogada, em regime de mobilidade na carreira, na Assessoria da Qualidade, Jurídica e de Auditoria do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

2017 — Dirigente intermédia de 2.º grau da Divisão de Recursos Humanos, por renovação da comissão de serviço, do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

2014 — Dirigente intermédia de 2.º grau da Divisão de Recursos Humanos, em regime de comissão de serviço, do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

2012 — Dirigente intermédia de 2.º grau da Divisão de Recursos Humanos, em regime de substituição, no Instituto de Meteorologia, I. P.

2011 — Dirigente intermédia de 2.º grau da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, em regime de Nomeação, no Instituto de Meteorologia, I. P.

2008 — Dirigente intermédia de 2.º grau da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, em regime de substituição, do Instituto de Meteorologia, I. P.

1998 — Técnica Superior na área dos Recursos Humanos/ Jurista no Instituto de Meteorologia, I. P.

2018-07-10. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Ana Paula Gonçalves Antunes*.

311494827

Deliberação (extrato) n.º 840/2018

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 143/2012, de 11 de julho, que estabeleceu a nova orgânica do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.), e no n.º 3 do artigo 3.º dos Estatutos do IEFP, I. P., aprovados pela Portaria n.º 319/2012, de 12 de outubro, alterada pela Portaria n.º 191/2015, de 29 de junho, e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD), por deliberação do Conselho Diretivo, de 4 de julho de 2017, foi nomeada, em regime de substituição e até à conclusão do respetivo procedimento concursal para recrutamento e provimento, sem prejuízo do direito de opção pelo respetivo vencimento ou retribuição base da função, cargo ou categoria de origem, conforme previsto no artigo 31.º do EPD, a licenciada Paula Cristina Bento da Silva Pereira, que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das funções, conforme evidencia a respetiva nota curricular em anexo, como Coordenadora de Núcleo do Núcleo de Planeamento e Gestão Orçamental da Direção de Serviços de Estudos, Planeamento e Controlo de Gestão, nível 1, do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, cargo de direção intermédia de 2.º grau, com efeitos a 15 de julho de 2018.

Nota Curricular

Paula Cristina Bento da Silva Pereira, nascida a 22 de fevereiro de 1969. Licenciada em Gestão, pela Universidade Lusíada.

Desde 1 de maio de 2017 que desempenha funções de técnica especialista no Gabinete do Secretário de Estado do Emprego do XXI do Governo Constitucional, nomeadamente para acompanhamento das matérias no âmbito do FSE e participação na reprogramação do Portugal 2020;

De 1 de março 2017 a abril 2017 desempenhou o cargo de Coordenadora do Núcleo de Gestão de Projetos Comunitários na Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IEFP, IP, onde exerceu funções desde novembro de 2016.

No período compreendido entre dezembro 2012 a outubro 2016, exerceu o cargo de Subdiretora do CEFOSAP — Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento

Profissional.

No período compreendido entre fevereiro 2009 e outubro 2012, exerceu o cargo de Coordenadora de Equipa de Projeto para a área de

Gestão Financeira do POPH. Entre abril 2001 e janeiro 2009, exerceu o cargo Coordenadora do Núcleo de Gestão Financeira e Orçamental do POEFDS.

No período compreendido entre outubro de 1995 a março 2001, desempenhou funções de técnica superior no Departamento de Gestão Integrada de Programas do IEFP, I. P.

2018-07-10. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Ana Paula Gonçalves Antunes*.

311494705

SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 7216/2018

Considerando que, na sequência do procedimento concursal n.º 137_CRESAP_73_05/13, publicado pelo Aviso (extrato) n.º 8490/2013, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 126, de 3 de julho, e nos termos do Despacho n.º 12009/2013, publicado no *Diário da República* 2.ª série n.º 180, de 18 de setembro, a licenciada Catarina de Senna Fernandes Cabral Sena foi designada em comissão de serviço, por um período de cinco anos, renovável por igual período, para exercer o cargo de Subdiretora-Geral da Saúde, com efeitos a 10 de setembro de 2013;

Considerando que, de acordo com o disposto no n.º 12 do artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, a comissão de serviço num cargo de direção superior é renovável, por igual período, sem necessidade de recurso a procedimento concursal, estando a mesma dependente dos resultados evidenciados no respetivo exercício;

Considerando as qualidades, competências e o desempenho da atual titular do cargo de Subdiretora-Geral da Saúde e os resultados por si obtidos no período em análise;

Verificam-se preenchidos os pressupostos legais para renovação da respetiva comissão de serviço.

Assim,

Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, determino a renovação da comissão de serviço da licenciada Catarina de Senna Fernandes Cabral Sena, por um período de cinco anos, no cargo de Subdiretora-Geral da Saúde, com efeitos a partir de 10 de setembro de 2018.

19 de julho de 2018. — O Ministro da Saúde, *Adalberto Campos Fernandes*.

311527404

Despacho n.º 7217/2018

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CREsAP) procedeu à abertura do procedimento concursal n.º 802_CRESAP_53_10/17, para o cargo de vogal do conselho diretivo da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., publicado pelo Aviso (extrato) n.º 1602/2018, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 24, de 2 de fevereiro, em referência às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública, previstas nos artigos 18.º e 19.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e órgãos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, aplicáveis por força do n.º 4 do artigo 19.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual;

Considerando que, nos termos previstos na redação atual do artigo 19.º da citada Lei n.º 2/2004, o júri do mencionado procedimento concursal verificou a existência de três candidatos com mérito para constituir a respetiva proposta de designação.

Nestes termos, e ao abrigo do disposto nos artigos 19.º, 20.º e 25.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, determino o seguinte:

1 — Designo, em regime de comissão de serviço, por um período de cinco anos, renovável por igual período, para exercer o cargo de Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P. a licenciada Paula Alexandra Sousa Duarte, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.

2 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

19 de julho de 2018. — O Ministro da Saúde, *Adalberto Campos Fernandes*.

ANEXO

Nota curricular

Paula Alexandra Sousa Duarte
 Data de nascimento: 11 de outubro de 1966
 Curso Geral de Enfermagem pela Escola de Enfermagem da Imaculada Conceição (1990)
 Curso de Estudos Superiores Especializados em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica (1998)
 Pós-Graduação em Bioética e Ética Médica — FMUP (2001)
 Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores (2003)
 Enfermeira no Serviço de Cuidados Intensivos Neonatais e Pediátricos do CHP — HGSA (1990-2002 e 2005-2010)
 Enfermeira da Equipa do INEM de Transporte de Recém-Nascidos de Alto Risco (1991-2007)
 Enfermeira Responsável da Consulta da Dor Crónica do CHP — HGSA (2002-2005)
 Enfermeira responsável pela formação em serviço CHP — HGSA (2002-2010)
 Formadora de Suporte Básico de Vida Pediátrico no CHP, EPE (2004-2010)
 Responsável de parametrização dos sistemas de informação e documentação dos cuidados de enfermagem do Departamento da Mulher e da Criança no CHP, EPE (2007-2010)
 Membro da Comissão de Ética da Saúde do CHP de 2009-2017
 Integra a Equipa Coordenadora Regional de Cuidados Continuados da ARS Norte, IP em novembro de 2010
 Coordenadora da Equipa Coordenadora Regional de Cuidados Continuados da ARS Norte, IP (junho de 2013 a outubro 2017)
 Membro da Equipa Técnica de Apoio à Coordenação Nacional da RNCCI desde dezembro 2015
 Coordenadora da Comissão de Acompanhamento da Unidade Piloto de Cuidados Pediátricos Integrados o Castelo (junho 2016 a dezembro 2017)
 Vice-Presidente da Comissão Regional de Saúde da Mulher da Criança e do Adolescente, desde novembro 2017
 Vogal do Conselho Diretivo da ARS Norte, IP, nomeada em regime de substituição com efeitos a 01 de novembro 2017

311527315

Despacho n.º 7218/2018

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º em conjugação com o n.º 1 do artigo 21.º, ambos do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2013, de 7 de outubro, e com a última redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 239/2015, de 14 de outubro, os diretores executivos dos agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde são designados pelo membro do Governo responsável pela área da saúde, sob proposta fundamentada do conselho diretivo da respetiva Administração Regional de Saúde, I. P., para um mandato não superior a três anos, renovável por iguais períodos.

Foi ouvida, nos termos do n.º 5 do citado artigo 19.º do referido decreto-lei, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, que se pronunciou sobre a designação constante do presente despacho.

Assim:

Nos termos e ao abrigo dos artigos 19.º e 21.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2013, de 7 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 239/2015, de 14 de outubro, em conjugação com a Portaria n.º 394-B/2012, de 29 de novembro, determino, sob proposta do conselho diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., o seguinte:

1 — É designado para o cargo de diretor executivo do Agrupamento de Centros de Saúde Lezíria, pelo período de três anos, o licenciado Carlos Manuel Marques Ferreira, atendendo à competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequada evidenciadas na respetiva nota curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

23 de julho de 2018. — O Ministro da Saúde, *Adalberto Campos Fernandes*.

ANEXO

Nota curricular

Carlos Manuel Marques Ferreira, 31 de agosto de 1955, Santarém
 Licenciado em Psicologia, com estágio profissional efetuado no (ex) Centro de Higiene Mental de Santarém, com especialização nas áreas de clínica e de psicopedagogia;
 Desde 1980 Professor Adjunto do Instituto Superior Politécnico de Santarém na Escola Superior de Saúde;

Em maio de 1989 foi nomeado Dirigente da Administração Pública, como chefe de divisão de gestão de recursos humanos, da ARSS;

Nos anos de 1995/1996, (paralelamente com a função principal) colaborou com a Escola Prática de Polícia, ministrando a cadeira de psicologia;

Em 1996 foi nomeado no cargo de Diretor de Serviços de Administração Geral da Administração Regional de Saúde de Santarém;

Concomitantemente com o desempenho do cargo de Diretor de Serviços desenvolveu atividade como assessor do Coordenador do Grupo Hospitalar do Médio Tejo (Hospitais de Abrantes, Tomar e de Torres Novas), que veio a originar a criação do Centro Hospitalar do Médio Tejo;

Em dezembro de 2001 foi nomeado Coordenador da Sub-Região de Saúde de Santarém (SRSS);

Em março de 2008 foi nomeado para “coordenar” a Sub-Região de Saúde de Santarém, para os assuntos de gestão corrente, por já se perspetivar a extinção da Instituição, a curto prazo, por força da criação dos ACES (Agrupamentos de Centros de Saúde), no âmbito da reconfiguração dos C.S.P. (Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22/2);

Em março de 2009 foi nomeado Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde “Lezíria I — Ribatejo”;

Desde 2013 “coordena/chefia” serviços do ACES Lezíria, nomeadamente os que integram os gabinetes de “*Informática, Sistemas de Informação, Planeamento, Apoio à Contratualização e Gestão de Recursos Humanos/Vencimentos*”;

Tem participado em inúmeros grupos de trabalho, referindo alguns deles:

Integrou em 1997/8 o Grupo de Trabalho Interministerial que levou à criação e aplicação do Certificado de Incapacidade Temporária para o Trabalho — CIT, em articulação com o Ministério da Solidariedade;

Em 1999 integrou a Equipa Sub-regional de Apoio à implantação e implementação do Regime Remuneratório Experimental em Clínica Geral (RRE);

Coordenou um grupo que aplicou na SRSS o “*Projeto de Melhoria Contínua do Desempenho das Direções dos Centros de Saúde*”;

A partir de maio de 2007 integrou o grupo de trabalho regional, nomeado pelo Conselho Diretivo da ARSLVT, para “Acompanhamento à Gestão dos Centros de Saúde”, particularmente através da elaboração de propostas para as novas estruturas respeitante à composição e dimensão das UAG (unidades de apoio à gestão dos ACES), determinação do local considerado como mais adequado para instalação da sede de cada Agrupamento de Centros de Saúde, conteúdo do “*backoffice*”, etc.;

Tem inúmeras comunicações apresentadas em congressos e conferências e publicações em revistas de especialidade;

Ministrou formação em todo o país, incluindo Regiões Autónomas e Países Lusófonos, com especial preponderância nas áreas da psicologia/trabalho de equipa-liderança/gestão de conflitos, “*Sessão Tutorial de PACES — Programa Avançado de Gestão para Conselhos Clínicos*”, etc.

É detentor de variada formação complementar obtida em congressos, seminários, colóquios e cursos de longa duração, como seja, entre outras: “Curso de Formação em Toxicodpendências” (duração de 1 ano), “Preparação Pedagógica de Formadores (3 meses)”, “Seminário de Alta Direção — para cargos dirigentes da Administração Pública (Curso Avançado de Gestão Pública)”, “*PACES DIRECT* — Programa Avançado de Gestão Para Diretores Executivos dos ACES”, etc.

311529673

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

Despacho n.º 7219/2018

O XXI Governo Constitucional, no seu programa para a saúde, estabelece como prioridade o reforço do poder do cidadão no Serviço Nacional de Saúde (SNS), através da promoção, da disponibilidade, da comodidade, da celeridade e humanização dos serviços, adotando-se medidas de simplificação na saúde, facilitando o acesso, a qualidade e a eficiência dos cuidados prestados no SNS.

Integrado no Programa SIMPLEX, o Ministério da Saúde definiu como prioridade privilegiar a utilização de meios eletrónicos preconizando uma alteração de paradigma de gestão dos recursos do SNS aprofundando a desburocratização de processos e a melhoria do relacionamento com os utentes.

Neste âmbito, foi definida a medida Simplex 2017 «Paperless Saúde+», que integra o projeto «Exames sem Papel», e que consiste na desmaterialização dos processos e procedimentos no âmbito clínico, nomeadamente relativos aos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT), e sua interligação com os sistemas e tecnologias de informação da saúde.